

Ulysses aprova Carta e derrota Governo

Josemar Gonçalves

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deu ontem duas contundentes respostas ao pronunciamento feito na véspera pelo presidente José Sarney: em cadeia nacional de rádio e TV.



quer tipo de pronunciamento.

Acesso livre

O presidente da Assembléia disse que nesse um ano e meio de trabalho mais de 5 milhões de pessoas circularam livremente pelo Congresso Nacional, acrescentando que todos puderam, tempestivamente, apresentar sua crítica ou contribuição. Reconheceu que os 321 artigos do texto aprovado «inevitavelmente abrigam imperfeições» que serão corrigidas no segundo turno. Ressaltou os avanços obtidos na futura Constituição, «que terá cheiro de amanhã e não de mofo».

O confronto com o pronunciamento do presidente Sarney foi o tom de todo o discurso. Ao assegurar que a futura Constituição será a «guardiã da governabilidade» Ulysses afirmou que «ingovernáveis são a fome, a miséria e a ignorância inassistida. A condenação de um Governo é a injustiça social». Afirmou que o povo brasileiro o autorizou para «proclamar a Constituição que não ficará como bela estátua inacabada, mutilada e profanada», advertindo os constituintes que «o povo nos mandou aqui para fazê-la e não para ter medo».

Um dos pontos de avanço do futuro texto apontado por Ulysses é a reforma tributária. Explicou que a partir de sua promulgação «seremos uma Federação verdadeira, onde os homens não precisarão mais recorrer para o Governo estadual ou Brasília». Na sua opinião, que foi avaliada pelo plenário, «se não tivéssemos feito mais nada, só com isso teremos feito muito».

Em discurso, que durou cerca de dez minutos, Ulysses foi aplaudido de pé pelo plenário ao garantir que a «Constituição será a guardiã da governabilidade» e, a seguir, impôs a maior derrota já sofrida pelo Governo na Constituinte — o texto constitucional, ressaltados os destaques, foi globalmente aprovado por 403 votos contra apenas 13 e 55 abstenções.

Desde o início da sessão de ontem, às 13h30, o clima no Congresso Nacional era de ansiedade. Todos aguardavam o pronunciamento do presidente Ulysses Guimarães que chegou à casa às 16h00 acompanhado de sua esposa, dona Mora. Ao entrar no plenário, o deputado foi recebido sob os aplausos da maioria dos 471 parlamentares que estavam presentes.

Na tribuna de honra e no plenário todos os funcionários do gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados, além de dona Mora, representavam a torcida organizada para o discurso que foi ouvido em completo silêncio e atenção. Afinal essa seria a primeira vez, desde a instalação da Constituinte, que o deputado ocuparia o horário destinado às votações para fazer qual-



Deputado Ulysses Guimarães, cercado pelos parlamentares, considerou que «ingovernáveis são a fome e a ignorância»

“A Constituição Cidadã”

“Quando iniciamos a votação do 2º turno do projeto da futura Constituição, testemunho o trabalho competente e responsável dos constituintes nas subcomissões, comissões temáticas, Comissão de Sistematização e no plenário. 39.900 emendas estudadas e apresentadas documentando esse extraordinário esforço e o empenho posto pelos constituintes em contribuir conscientemente para a qualidade do texto. Foi longa a travessia de dezesseis meses. Cerca de 5.400.000 pessoas livremente ingressaram no edifício do Congresso Nacional. Quem leva, sem discriminação, contribuição ou crítica a fazer, puderam e podem, tempestivamente, fazê-lo. As portas estavam e continuam abertas: é só transpô-las.

Saúdo o relator Bernardo Cabral, que confirmou seu renome de jurista e sua espartana dedicação, coadjuvado pelos relatores adjuntos Konder Reis, José Fogaça e Adolfo Oliveira.

Sem a compreensão e o talento dos líderes partidários não chegaríamos à fase atual de nossos trabalhos. Os funcionários e representantes da imprensa merecem nosso reconhecimento.

O projeto submetido a segundo turno é longo — 321 artigos — versando matéria complexa e tantas vezes controversa.

Inevitavelmente abriga imperfeições, previamente previstas com a instituição de um segundo turno revisionista e pelo número de emendas e destaques apresentados. Existem, reconheço, vamos corrigi-las.

Mas mesmo na fase atual, temos muito mais do que nos orgulhar do que nos arrependermos da Constituição que escrevemos.

Assinale-se sua coragem em inovar.

a começar pela arquitetura original de sua confecção, rompendo padrões valedurários e enfrentando a rotina e o “status quo”.

Não ouvimos o “establishment”, encarnado no velho do Restelo, conclamando, na praia alvoadada da partida, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Cambes para permanecerem em casa, saboreando bacalhau e o caldo verde, ao invés da aventura das Índias, do Brasil e dos Lusíadas e amaldiçoando “o primeiro que, no mundo, nas ondas velas quis em seco lenho”.

Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de mofo.

Para não me alongar, reporto-me a alguns aspectos, que reputo inaugurais, do texto ora submetido ao crivo da revisão constituinte.

À soberania popular, sem intermediação, poderá decidir de seus destinos. Os cidadãos apresentarão propostas de lei, portanto terão a iniciativa legislativa, e também os cidadãos poderão rejeitar projetos aprovados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, portanto, propõem e vetam.

Poucas Constituições no mundo democrático têm essa preferência direta e atuante da sociedade na elaboração dos

preceitos de império em seu ordenamento jurídico. O Brasil será, assim, uma República representativa e participativa. Teremos a convivência e a fiscalização de mandatos e mandatários a serviço da sociedade.

Após quase 500 anos, o projeto redime a geografia do Brasil.

Nossa geografia é violentada pela concentração nacional de rendas e de competência. Nossa geografia é regional e local, com municípios maiores do que muitos países.

As urnas dão votos para os governadores e prefeitos administrarem. Mas só a autêntica Federação dá o dinheiro para que tais governos dêem respostas às necessidades localizadas.

Federação é governo junto com o homem, não o homem correndo atrás do governo estadual ou de Brasília, frequentemente longínquo e indiferente.

Esta alforria, do homem e de seus governantes, foi decretada pela transferência de 47% dos recursos da União para os Estados e municípios, 21,05% aqueles e 22,05% para estes.

Se não tivéssemos feito mais nada, só com isso teremos feito muito.

Cooperaremos para reversão da instável e injusta pirâmide social brasileira de 130 milhões de brasileiros carentes na base projetada para o ar e apoiada em seu vértice de Brasília, onde estão os recursos.

Com os hodiernos conceitos de seguridade, estamos entre os sete países que adotam, instituindo a universidade dos beneficiários, mesmo aos que comprovadamente não possam contribuir.

Como governar é encurtar distâncias, diminuir-se pela equivalência a separação entre o trabalhador rural,

com oito benefícios, e o urbano, com trinta e dois.

Quando aos onze milhões de aposentados, foi-lhes garantido o valor real dos proventos através do tempo, para que não sejam destruídos pela inflação, como hoje ocorre, ocasionando a humilhação, o desespero e a morte.

Senhores constituintes, a Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade.

A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida, são ingovernáveis.

A injustiça social é a negação do governo e a condenação do governo.

A boca dos constituintes de 1987-1988 soprou o hábito exigido da governabilidade pela transferência e distribuição de recursos viáveis para os municípios dos securitários, o ensino, os aposentados.

Repito: esta será a Constituição Cidadã. Por que recuperará como cidadãos milhões de brasileiros.

Cidadão é o usuário de bens e serviços do desenvolvimento. Isso hoje não acontece com milhões de brasileiros, segregados nos guetos da perseguição social.

Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza a proclamá-la, não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada.

O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo.

Viva a Constituição de 1988!

Viva a vida que ela vai defender e semear!

Brasília, 27 de julho de 1988.
Constituinte Ulysses Guimarães
Presidente da Assembléia Nacional Constituinte”

Planalto ainda quer mudar

O Palácio do Planalto vai insistir na necessidade de modificação do projeto de Constituição aprovado ontem, globalmente, pela Assembleia Nacional Constituinte. Foi o que disse o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, ao observar que o próprio deputado Ulysses Guimarães reconheceu a existência de imperfeições no texto aprovado em primeiro turno.

O ministro não quis comentar o pronunciamento feito por Ulysses Guimarães em defesa da Constituição, e chegou a tropeçar nas palavras quando falou sobre a reação do presidente José Sarney: “Ele disse... não, não, ele não ouviu o discurso”. Costa Couto telefonou para Sarney assim que a Constituição aprovou o projeto de Consti-

tução. O presidente, segundo ele, não quis comentar o fato, e disse apenas que “o que eu tinha de falar à Nação, eu fiz no meu pronunciamento de ontem (anteontem) à noite”.

Do pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães — uma defesa firme da Constituição — Costa Couto se manifestou apenas sobre a declaração do presidente da Assembleia de que “o texto abriga imperfeições e elas serão corrigidas”.

Emendas

Buscou auxílio em alguns dados para reforçar sua tese de que a Constituinte deseja modificar o texto constitucional aprovado no primeiro turno. Lembrou que foram apresentadas 1.844 emendas e mais de 1.700 destaques, por 485 constituintes. Esta disposição dos constituintes (87% da Assembleia) e a postura de Ulysses de acordo com o ministro, também foram observadas entre os principais líderes. “Inicia-se agora uma nova fase de revisão do processo constituinte e do projeto constitucional”, disse.

Ninguém, a não ser o ministro do Gabinete Civil, e assim mesmo rapidamente, se dispôs ontem a prestar qualquer informação à imprensa, no Palácio do Planalto. Todos aguardavam a volta do presidente José Sarney. A expectativa era a de que nada aconteceria ontem. A precipitação dos fatos — demissão dos ministros ligados a Ulysses — só deveria acontecer hoje.



Couto não quis comentar

“Temos muito mais do que nos orgulhar do que nos arrependermos da Constituição que escrevemos”

Resultado gera surpresa

“A ditadura militar acabou hoje”, proclamou o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), pouco depois da aprovação, ontem, do texto básico do projeto de Constituição, que marcou a derrota dos setores conservadores da Constituinte. Pouco depois, o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), que não conseguiu convencer toda a sua bancada a se abster na votação, fazia uma constatação diferente em seu gabinete: “Acabou de surgir um Governo paralelo: agora temos o governo de Sarney e o governo de Ulysses Guimarães.”



José Lourenço, ao microfone, disse que surgiu um governo paralelo

O resultado da votação teve grande impacto sobre a ala conservadora, que até poucos minutos antes não sabia sequer como votar. O 1º vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), relatou que o líder governista Carlos Sant’Anna (PMDB-BA) chegou a procurá-lo para perguntar: “E agora, como votaremos?”. A resposta de Inocêncio, relatada pelo próprio parlamentar, foi de que seria inadmissível votar “não”, mas, ao mesmo tempo, inaceitável votar “sim”, depois de tantas críticas ao projeto. Votar pela abstenção, segundo Inocêncio, seria uma forma de continuar “participando do processo”. O argumento convenceu apenas 55 constituintes.

Diante da derrota, o líder José Lourenço retirou-se rapidamente do plenário para seu gabinete, onde se trancou durante alguns minutos com cerca de 10 parlamentares para

em seguida declarar à imprensa, enfático, que Ulysses Guimarães fizera “um discurso de candidato a presidente da República, muito bem feito e aplaudido”, mas com isso não havia conseguido, segundo Lourenço, influenciar no resultado da votação. “Era o que se esperava”, disse o líder pefelista, depois de afirmar que acabara de surgir “um Governo paralelo” no País.

Palanque

Se houve de fato um discurso “de candidato”, quem montou o palanque, segundo o deputado Amaral Netto (RJ), líder do PDS, foi o presidente Sarney. “Falando verdades fora de hora e sem credibilidade — disse Amaral Netto — Sarney construiu um palanque para Ulysses fazer campanha para manter-se presidente da Câmara e do PMDB, além

de campanha para presidente da República.”

Para o líder do PCB, Roberto Freire, o resultado de ontem marca o fim da ditadura militar a partir do poder “do voto e do discurso”. Segundo ele, Ulysses Guimarães repôs aquilo que era necessário colocar para a Nação: a dignidade da Constituinte e a necessidade da democracia, que ainda não é plena, no entanto, segundo o parlamentar, pois isto depende de um processo “mais longo”. Já o líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP), considera que Ulysses deu “uma resposta precisa e concisa aos danos que Sarney tentou causar à Nação” e conseguiu “mostrar a grandeza que o presidente da República não teve”.

Falhas

O presidente do PDS,

senador Jarbas Passarinho (PA), vê falhas tanto no pronunciamento de Sarney, na noite de terça-feira por cadeia de rádio e TV, como no de Ulysses, no plenário da Constituinte. Segundo Passarinho, Sarney erra ao condenar o cálculo da aposentadoria com base nos últimos 36 meses de trabalho, num país cuja inflação ultrapassa os 700 por cento ao ano. Da mesma forma — prossegue o senador — Ulysses teria errado ao justificar a igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural, uma vez que sobre este último não recaem, segundo ele, as mesmas obrigações para com a Previdência Social, mas os trabalhadores rurais têm que arcar.

O senador Mário Covas, presidente do PSDB, qualificou o pronunciamento de Ulysses como

“uma afirmação de soberania” da Constituinte. Em relação a Sarney, ele disse que é difícil entender como um presidente da República vai para a televisão dizer que a Constituinte torna o País ingovernável, “quando seu Governo tem uma inflação de 24 por cento ao mês”. Condenou ainda Sarney por ter omitido dados fundamentais, quando disse que o dinheiro do PIS e do PASEP seria desviado para outros fins “sem dizer que fins são esses”. Covas observou que Sarney disse que tais verbas seriam tira das do trabalhador, “quando na verdade — completou o senador — esse dinheiro irá para o seguro-desemprego, que também é para o trabalhador”.

Solidariedade

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, esteve ontem, juntamente com outras lideranças do partido, no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para prestar-lhe solidariedade e afirmar que o seu posicionamento com relação à votação do novo texto constitucional “resgata a Assembléia Nacional Constituinte”.

Ainda no gabinete de Ulysses, Marco Maciel afirmou que “agora é o momento de abrir portas em torno dos pontos que precisam ser aperfeiçoados”. Ele disse ser “o interlocutor das emendas supressivas”, já que mais de 1/3 do PFL votou dentro da linha liberal do partido.

BANCO DO BRASIL S.A.

COMUNICADO AOS CLIENTES E AO PÚBLICO

A Diretoria do Banco do Brasil comunica aos seus clientes e ao público em geral que considerável número de suas agências não funcionou ontem e poderá não abrir hoje, apesar de todos os seus esforços no sentido de encontrar uma solução negociada para o problema trabalhista que há vários dias perturba os serviços da Empresa.

A greve afeta sobretudo as nossas agências localizadas nas capitais e nos grandes centros urbanos. Calculamos que quarenta por cento dos 135 mil funcionários do Banco aderiram ao movimento paredista. Os que continuaram trabalhando permitiram o funcionamento de alguns serviços importantes para as finanças do País, inclusive a compensação de cheques.

Pedimos desculpas aos clientes e usuários pelos transtornos que a paralisação dos serviços está lhes trazendo e solicitamos sua compreensão para o problema, certos de que a normalização ocorrerá o mais breve possível e poderemos então continuar lhes prestando os bons serviços de sempre.

Consciente das responsabilidades do Banco do Brasil para com a sociedade brasileira, a Diretoria do Banco permanece aberta ao diálogo com a liderança das organizações sindicais. Reitera, contudo, que qualquer solução deverá ser encontrada dentro do ordenamento jurídico vigente.

A DIRETORIA